

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DE GARANTIR ACESSO À EDUCAÇÃO A TODOS

PIECZYKOLAN, Adriana, 2798600, Bacharelado em Psicopedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter.

VALLE, Andréia Elicker de Oliveira do

RESUMO

O espaço escolar tem que ser visto como um espaço de todos e para todos. Cada vez mais o desejo é de uma sociedade inclusiva que inclui com aceitação e, valorização, de portadores e necessidades especiais dentro às escolas regulares. Assim sendo, na atualidade, a preocupação com a inclusão educacional de alunos com deficiência na escola comum tornou – se um assunto constante na vida dos educadores. Desse modo, a filosofia inclusiva prevê que todos os alunos, sem exceção, tenham o direito de frequentar a escola comum. Desse modo, o Plano Nacional de Educação – PNE prevê a inclusão de todos os estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Assim sendo, encontrar uma escola preparada e adaptada para receber crianças e adolescentes com necessidades especiais no Brasil é um desafio. Nesse contexto, a Educação Especial é um movimento de luta das pessoas com deficiência e seus familiares na busca por direitos na sociedade. Por conseguinte, nesse artigo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, baseada em renomados autores que defende a inclusão e acessibilidade de todos os educandos na escola.

Palavras-Chaves: Processo Histórico. Educação Especial. Ensino e aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo falar sobre a Educação Especial, seu processo histórico, os desafios das escolas no processo de inclusão de pessoas com deficiência e a tecnologia como uma ferramenta positiva no âmbito escolar. Nesse sentido, pode – se afirmar que a escola que reflete, respeita, reconhece e recebe todos em condições de igualdade, é a chamada “escola inclusiva” e assim é considerada apta para a diversidade, capaz de receber alunos com deficiências; entendendo que mesmo entre as diferenças, somos iguais e que a inclusão social está em gerar autonomia e independência a estes educandos. Nesse sentido, a Educação Especial é aquela que é ofertada, preferencialmente, no ensino

regular, com a finalidade de prestar um atendimento especializado aos educandos que possuem alguma incapacidade ou mesmo alguma habilidade acima do normal de seus colegas.

Nesse contexto, deve – se garantir que todos os serviços e instalações da comunidade, que estejam ou vieram a estar disponíveis para a população em geral, sejam tornados adequados às pessoas com deficiência atendendo às suas necessidades. Isto é, não se trata de “adaptar” os sistemas comuns para as pessoas especiais, mas sim de “adequar” os sistemas comuns às diversidades humanas e diferenças de todas as pessoas. Pois quando adequamos os sistemas comuns que ainda não estiverem acessíveis, estamos atendendo aos requisitos dos conceitos de “equiparação de oportunidades” e de “desenho universal” e tornando inclusivas todas as estruturas da sociedade no mesmo nível de importância.

Desse modo, para uma pessoa com deficiência, algumas limitações são impostas: como pessoas que não podem mexer do pescoço para baixo, têm pessoas que não andam, pessoas que têm algum membro amputado. Quando o meio é ferramentado por tecnologias assistivas, as deficiências das pessoas desaparecem. Essas tecnologias podem ser próteses ou órteses (equipamentos que substituam parte do corpo humano podendo ser implantadas ou não), aparelhos auditivos, sistemas de comunicação alternativos (principalmente usados por pessoas com paralisia cerebral), telefones para surdos, softwares de voz para pessoas com deficiência visual e equipamentos tecnológicos em geral (pedalar em uma bicicleta adaptada ou andar por eletro estimulação, por exemplo).

Portanto, deve – se buscar uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, isto é, em que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos em todos os ambientes que frequentar. E, na escola não é diferente, pois na maioria das vezes muitas crianças deixam de frequentar o ensino regular, porquanto é vista como incapaz nos olhares da sociedade e dos integrantes da instituição escolar. Então, deve – se mudar esse pensamento, e entender que a pesar de um educando possuir alguma habilidade diferenciada dos demais ou alguma incapacidade, ele é capaz de conviver com os demais colegas e frequentar o mesmo espaço que os demais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vive - se numa sociedade culturalmente padronizada e normativa, então a partir do final do século XIX começam a discussão em torno da Educação Especial no Brasil O sistema brasileiro de educação passou por mudanças significativas, dentre elas algumas implementações sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. Ao fim do século XX e início do século XXI esse debate começa a ganhar força.

A educação especial no Brasil tem início no ano 1854 no Rio de Janeiro, com a fundação da escola para pessoas com deficiência visual, o chamado Instituto dos Meninos Cegos, após a sua criação passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1857 também na cidade de Rio de Janeiro fundaram o Imperial Instituto Surdos-Mudos, que após a sua criação no ano de 1957 passou a chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nascia no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Ademais, em 1874 o Hospital Estadual Salgado Filho, prestava assistência a pessoas com deficiência Cognitivas.

No ano de 1957 inicia-se uma campanha para Educação do Surdo Brasileiro pelo Decreto Federal de nº 42.728 que segundo ele tinha por finalidade “Promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo território nacional”. Em 1961 com Lei nº 4.024 primeira Lei de Diretrizes e Bases que no artigo 88 refere-se ao direito à educação especial.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

Ademais, vale frisar que às obrigações do estado com educação serão comprimidas por intermédio de algumas garantias, mencionadas no Art. 208 da Constituição Federal de 1988:

- I- Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II- Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

- VI- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII- Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988, art. 108)

Nesse sentido, vale destacar que em julho de 1973 foi publicado o Decreto nº 72.425 que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) o qual passaria a ter a finalidade de promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento excepcional detalhado.

Art. 2º.O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade. (BRASIL, 1973, art. 2)

A partir dos anos 90 começaram um movimento mundial sobre a educação inclusiva pelo mundo, que englobam ações, fóruns de discussões sobre o tema. Houve várias ações no âmbito político, cultural, social e pedagógicos. Segundo o Art.58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

4º A oferta de educação especial, nos termos do capítulo deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Assim sendo, a escola, a família, a sociedade, devem olhar para esses educandos portadores de alguma incapacidade como pessoas que em sua limitação, também possuem habilidades e dentro delas ajudarem na descoberta de caminhos para seu desenvolvimento emocional e cognitivo.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os

alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.16)

Desse modo, quando se fala em educação inclusiva se remete ao princípio da igualdade, entretanto não no sentido de uma igualdade no qual temos que ser iguais, homogêneos, mas na igualdade de direitos. Ou seja, deve – se ter consciência que todos os seres humanos perante a sociedade devem ser respeitados, devem ter seus direitos reconhecidos, independentemente da sua forma física, religião, cor da pele ou deficiência. Assim sendo, as pessoas com deficiência se deparam com obstáculos no dia a dia, que vão muito além do espaço físico. Desse modo, então as barreiras às quais precisam ser superadas são variadas, dentre elas estão às arquitetônicas, as comunicacionais e as atitudinais.

Nesse sentido, as barreiras arquitetônicas são compreendidas como empecilhos que impedem as pessoas de desfrutarem e ocuparem o espaço físico. Logo, elas são fáceis de identificação e estão presentes tanto nas residências e estabelecimentos comerciais quanto no espaço público e escolar. À vista disso, deve - se reparar como são feitos as ruas, calçadas, faixas de pedestres, as escolas também são de suma importância. Pois, quem é dependente de cadeira de rodas, por exemplo, precisa pensar bem no caminho que vai fazer antes de sair de casa. Já quando se refere ao deficiente intelectual, algumas técnicas que podemos utilizar nas escolas para um desempenho do aluno são: brinquedos que incentivem a leitura e a associação de palavras são instrumentos eficazes para o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual. Ademais, entrar no universo da criança, incorporando personagens de desenhos animados, isso desperta e induz a alfabetização. Ademais, deficientes físicos sofrem com falta de acessibilidade nas cidades e escolas. Ou seja, é de suma importância fazer adaptações e melhorias para a locomoção, e assim garantir melhores condições de vida a todos. Logo, devem ser feitos rampas e calçadas rebaixadas para os cadeirantes, instalações de barras de metal nas entradas de prédios, instalação de elevadores nos ônibus para cadeirantes e reservar locais para as pessoas com muletas. Já para os deficientes visuais pode – se utilizar a leitura em braile, e também o uso de bengala e treinamento de orientação e mobilidade para tarefas diárias também podem ser importantes apoios para a autonomia.

2.1 DEBATE SOBRE ESCOLA INCLUSIVA

As instituições escolares devem realizar o acolhimento de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Assim sendo, devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos/zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17-18). Nesse sentido, quando se pensa em inclusão acaba gerando um grande desafio pedagógico na rotina de professores e toda a organização do espaço escolar. Esse espaço denominado sala de aula que abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante derrubou algumas barreiras nesse processo de inclusão educacional, pois ter um aluno especial em sala já é um progresso, visto que a caminhada de aceitação através da história nem sempre se mostrou justa ou acolhedora.

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (MANTOAN 1998, P3)

Por conseguinte, deve – se refletir se o espaço escolar está preparado para acolher os alunos especiais, ou seja, se à infraestrutura da instituição está adequada em sua acessibilidade. Ademais, os educadores devem estar preparados tanto emocionalmente quanto profissionalmente, atentos às particularidades da deficiência apresentada pelo educando em questão, e principalmente se o currículo da instituição de ensino é condizente e eficiente no que propõe para capacitação e inserção no mundo da aprendizagem. Então, o direito à igualdade perante a lei e em virtude dela é tido como regra de equilíbrio entre as pessoas que têm e as que não têm uma deficiência, uma vez que determina a todos, que todas as pessoas formam à população de um país.

À vista disso, no direito sempre se diz que a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas igualdades, cuidando para que não haja desequiparações fortuitas ou injustificadas. Nesse sentido, para a pessoa com deficiência significa que não pode haver nenhuma restrição ou impedimento apenas em razão da sua incapacidade. Os defensores da inclusão acreditam que a entrada dos alunos com deficiência no ambiente educacional regular vai pressionar as escolas a se reestruturarem física e pedagogicamente, respeitando o ritmo de

aprendizagem de cada aluno, tenha ele uma deficiência física ou não. Assim, Abenham (2005) trata da proposta de inclusão do Plano Nacional de Educação que apresenta como discurso uma “escola de qualidade para todos” e que, no entanto, não rompe com o modelo de “educação classificatória”, segundo ela:

A educação de cada povo (...) é construída a partir da possibilidade de cada um participar do processo educativo, favorecendo a socialização do saber, as relações sociais, a incorporação de valores, as decisões sobre a qualidade de vida e a conscientização sobre a preservação da vida no planeta. (ABENHAIM, 2005, p. 7)

Nesse sentido, quando se pensa em inclusão acaba gerando um grande desafio pedagógico na rotina de professores e toda a organização do espaço escolar. Esse espaço denominado sala de aula que abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante derrubou algumas barreiras nesse processo de inclusão educacional, pois ter um aluno especial em sala já é um progresso, visto que a caminhada de aceitação através da história nem sempre se mostrou justa ou acolhedora. Por conseguinte, deve – se refletir se o espaço escolar está preparado para acolher os alunos especiais, ou seja, se à infraestrutura da instituição está adequada em sua acessibilidade. Ademais, os educadores devem estar preparados tanto emocionalmente quanto profissionalmente atentos às particularidades da deficiência apresentada pelo educando em questão e principalmente se o currículo da instituição de ensino é condizente e eficiente no que propõe para capacitação e inserção no mundo da aprendizagem. Então, todos os instrumentos nacionais e internacionais criados para proteger os direitos da criança, embora o âmbito possa variar, giram em torno do tema comum de promover seu bem-estar e desenvolvimento.

É importante proferir sobre a acessibilidade que é um direito indispensável às pessoas com deficiência, no entanto isso nem sempre é respeitado. Desse modo, a falta dela no transporte público, nas ruas e escola, é uma das principais barreiras para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

“No meio do caminho tinha uma pedra/Tinha uma pedra no meio do caminho/Tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra/Nunca mais me esquecerei desse acontecimento/Na vida de minhas retinas tão fatigadas/Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra/Tinha uma pedra no meio do caminho/No meio do caminho tinha uma pedra. (ALMEIDA, 1967, p. 15)

Nesse sentido, sempre há um empecilho no meio do caminho das pessoas que possuem alguma deficiência, e isso é uma problemática que necessita de um consenso de toda a sociedade, ou seja, tem que promover condições iguais de acesso a todos os cidadãos. Assim sendo, nesse sentido em 2007, o Ministério da Educação instituiu o Programa Escola Acessível, com finalidade de promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência matriculados em classes comuns do ensino regular. Desse modo, o programa atende escolas que precisam de reformas ou construção de equipamentos que facilitam o acesso de estudantes com alguma deficiência, como rampas e corrimãos. Nesse contexto, muitas instituições escolares têm procurado os recursos disponibilizados pelo programa, que infelizmente ainda não chegam a todas.

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social (MINETTO, 2008, p. 32).

Então, deve – se tornar as escolas em espaços inclusivos, ou seja, em um ambiente que garanta qualidade de ensino educacional a cada educando, levando em consideração e respeitando a diversidade no âmbito escolar. Ademais, o educador deve responder cada aluno respeitando suas potencialidades e necessidades. Assim, reuniões com os pais e a equipe da escola são de suma importância, uma vez que poderão acompanhar o desenvolvimento de todos os educandos, expondo suas habilidades e dificuldades com o objetivo de promover um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e participativo. Dessa forma, a escola é de todos, isto é, é preciso que a comunidade, os pais, façam parte dela, bem como ela faça parte da vida de todos.

2.1.2 A TECNOLOGIA COMO ALIADA DA INCLUSÃO

As pessoas não sabem o que é, nem que importância tem a acessibilidade associada aos meios de informação e comunicação, incluindo várias pessoas com deficiência que não se utilizam de tecnologias específicas para tornar o acesso a elas pleno e possível. Hoje em dia, existe tecnologia para se comunicar por telefone com uma pessoa surda, apesar desse meio de comunicação ser prioritariamente auditivo; a pessoa cega ou com limitação física severa pode ser comunicar via internet, escrever, ler e navegar por suas páginas. Já é possível assistir televisão, filmes e noticiários, sem que

alguém tenha que ajudar a descrever as cenas mudas para um assistente cego ou narrar, por meio de sinais, os diálogos televisivos para uma pessoa surda.

É importante olharmos para as tecnológicas como ferramentas que foram concebidas para responder a uma determinada função na sociedade em que vivemos. [...] As ferramentas tecnológicas, entre outras razões, são utilizadas para registrar e reproduzir dados; acessar e recolher informações; organizar, produzir e divulgar informações; criar, expressar, comunicar e cooperar; colaborar, brincar, jogar, etc. (FOLQUE, 2011, p.9).

Ademais, pessoas com deficiência visual ou auditiva podem participar de conferências que tenham vídeos, palestras somente falada ou qualquer outro tipo de barreira de comunicação que, sem a tecnologia assistivas adequadas, impediriam o entendimento das informações. A utilização do braille, da língua brasileira de sinais, da audiodescrição, da legenda oculta ou não, do sistema DAISY para livros em formatos acessíveis, e muitas outras formas de adequação da informação às pessoas com deficiência estão atualmente disponíveis, apesar de muito pouco ou nada utilizadas pelas emissoras de televisão, editoras de livros, companhias telefônicas e conferencistas, pois permanecem desconhecidas pelas pessoas em geral.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrutamentos e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidade. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

A internet, por exemplo, oferece serviços de utilidade pública, comerciais e de entretenimento, que ajudam a todos. Parece ser natural que as pessoas que tenham mais dificuldades de mobilidade para irem a um banco, supermercado, lojas de compras, de verificarem andamento de processos, lerem jornais e outros serviços que demandariam locomoção ou ajuda de outras pessoas para serem realizados, sejam nela incluídas, proporcionando – lhes liberdade de ação, comunicação e obtenção de informação. Então, incluir é tornar visível uma grande parte da sociedade que é ignorada, não é só preciso incluir, mas sim criar maneiras para que essas pessoas tenham a oportunidade de se desenvolver.

Dessa maneira, percebe – se a importância do Estado em garantir a inclusão desses indivíduos a exercer sua cidadania de ter uma educação de qualidade e construir suas relações sociais. Em uma sociedade que foi construída culturalmente padronizada, aquele que é diferente que foge à regra é visto com outro olhar, como o estranho, com a

criação dessas políticas públicas sociais voltadas a pessoa com necessidade especial vem para garantir o direito do indivíduo na sociedade de ser cidadão, e a escola tem que ter o papel social de integrar e de interagir, de atender as necessidades e demandas desses indivíduos e promover a integração e desenvolvimento, e tenha dignidade para exercer o seus direitos.

O ambiente social, o meio familiar, o convívio com certos grupos, a pertença de classe, tudo isso influi pesadamente na formação do indivíduo e da própria sociedade. Presume-se que o papel social da escola é educar. Esta é sua ideologia, e seu propósito público. (DEMO, 1995, p.6)

Então, o papel da escola é tentar mudar a visão da sociedade, passando ensinamentos que preparem o aluno para o convívio da sociedade, não só garantindo uma simples matrícula, pois enquanto seres humanos somos indivíduos com limitações, a escola inclusiva tem que desempenhar um papel social e ter alteridade ao olhar o outro, colocar-se no lugar do outro e compreender, que todos os indivíduos possuímos limitações, e tratar o aluno como ser único e que somos diferentes, potencialidades diferentes e que devem ser exploradas nas suas necessidades específicas, adaptar todo o ambiente para receber o educando, o material a ser trabalhado atendendo a limitação de cada um, no entanto nem todas as escolas estão preparadas para isso, para se ter uma escola inclusiva com qualidade é necessário ter uma espaço bem estruturado e uma educação de qualidade que visa atender e acolher cada aluno nas suas especificidades, levando em conta a sua realidade, não menosprezando por nenhum motivo.

2.1.3 A EXCLUSÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AO LAZER

Toda e qualquer criança gosta de passar o seu tempo se divertindo e brincando. Mas, infelizmente, muitas crianças que tenham alguma deficiência às vezes deixam de brincar ou tenham sua brincadeira limitada, por isso atualmente no Brasil existe o Projeto LIA (Lazer, Inclusão e Acessibilidade) o movimento nacional de pessoas que querem difundir a importância da inclusão também na diversão. Ele cobra das autoridades a implantação de brinquedos adaptados em parques públicos. Assim sendo, a barreira sócio – cultural é considerada como aquela que acaba afastando as crianças com deficiências de praticarem o lazer, isso ocorre devido à divisão de classes sociais e que podem ser agravadas com certas atitudes como: Preconceito, estigmas e estereótipos em relação às pessoas com necessidades especiais. Logo, essas barreiras são

comportamentos, visão e conceitos errôneos da população em relação a quem tem alguma incapacidade. Por exemplo, a não participação dessas pessoas nas atividades de lazer, pelo fato de sentirem – se excluídas, rejeitadas.

Portanto, a fim de eliminar essas barreiras sociais podem ser promovidas campanhas de sensibilização e educação da sociedade tendo como escopo alcançar modificações de atitudes e comportamentos relacionados às pessoas com deficiência. Uma vez que esse tipo de ação tem o efeito educativo e por isso fazem parte do processo de planejamento, atreladas às intervenções que destroem barreiras físicas.

2.1.4 Metodologia

Para o referido estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a qual valeu de teóricos contemporâneos e clássicos que trabalham com questões da afetividade no processo da aprendizagem, buscou-se obter o máximo de informações e alguns esclarecimentos que contribuíram para a resolução dos problemas que foram aqui apresentados. O tema foi escolhido a partir das experiências vivenciadas em uma unidade escolar. Foi visto que neste ambiente as crianças são mal interpretadas, tem suas emoções ignoradas, tendo um reflexo na aprendizagem e gerando uma dificuldade no dia a dia. Os pais e professores não estão preparados para que possam auxiliar as crianças com dificuldades para que o aprendizado seja efetivo.

Quadro 1 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Instrumento de coleta de dados	Uníverson pesquisado	Finalidade do Instrumento
Documentos	Foram pesquisados em (documentos, artigos, livros, revistas).	Esses documentos foram bases para a construção do projeto de pesquisa. Pois, toda informação é essencial para construção da base teórica.

Fonte: CAVALCANTI e MOREIRA (2008)

Nesse sentido, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, utilizando artigos científicos, monografias como base para fundamentar o tema proposto. Então, como foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, os principais autores que foram base para o projeto

foram (CARVALHO, 2010), (RODRIGUES, 2008), (GALVÃO FILHO, 2008). O propósito do referido artigo, foi coletar dados para que fosse comprovada que a Educação Inclusiva é uma modalidade de ensino que preza pela igualdade, inclusão de todos para ao acesso escolar, o respeito aos alunos com necessidades especiais, ferramentas inovadoras que possibilitem uma educação de qualidade e um processo de ensino-aprendizagem eficiente. Compreendo que a escola contribui para que todo esse trabalho seja efetivo em cada aluno de forma diferenciada, de acordo com a necessidade de cada educando. A família sendo inserida de forma significativa nesse processo do ensino aprendizagem e afetividade. Uma integração que facilitará que o professor exerça sua função de educador e um agente de afetividade no meio acadêmico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em inclusão nos referimos a um conjunto de ações, atitudes e comportamentos, que possuem a finalidade de combater a exclusão aos direitos que são inerentes à pessoa humana, oferecendo oportunidades iguais de acesso a bens e serviços. Nesse contexto, as escolas devem ser mais inclusivas e acessíveis a todos os educandos, ou seja, sempre no âmbito escolar tem que respeitar as diferenças, particularidades e potencialidades de cada aluno. Dessa forma, a Educação Especial tem a finalidade de permitir que os educandos portadores de necessidades especiais, possam conviver e serem integrados de forma harmônica no ensino regular. Assim sendo, para atender às dificuldades de estudantes portadores de deficiência, podem ser realizadas adaptações nos currículos escolares, que permitirão absorver melhor o conteúdo explanado pelo educador.

Desse modo, a Educação é um direito de todos, entretanto quando se fala em crianças com deficiências se lida com uma nova situação o qual o sistema educacional ainda não está tão preparado. Neste trabalho, ficaram nítidos os desafios da Educação Especial, a inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito escolar e as adaptações que precisam ser realizadas na sociedade e nas instituições escolares para que seja dada a devida dignidade e respeito aos educandos portadores de algumas incapacidades. Assim, o modelo educacional voltado a pessoas com deficiência é algo que sofreu mudanças ao longo das décadas. Mesmo assim, trata – se de um processo que está em constante construção até hoje.

Desse modo, a Educação Especial é o ramo educacional voltado para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência. Preferencialmente em instituições de ensino regulares ou ambientes especializados (como, por exemplo, escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas que atendem a pessoas com deficiência intelectual). Na atualidade, a preocupação com a inclusão educacional de alunos com deficiência na escola comum tornou – se um assunto constante na vida dos educadores. A filosofia inclusiva prevê que todos os alunos, sem exceção, tenham o direito de frequentar a escola comum. Portanto, através desse artigo se pode concluir a importância de promover uma educação de qualidade, inclusiva, participativa, isto é, em que todos tenham o mesmo direito, às mesmas condições de acesso ao processo de ensino-aprendizagem.

4 REFERÊNCIAS

ABENHAIM, Evanir. **Psicologia e Direitos Humanos – Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola**. Casa do Psicólogo. 2005.

ALMEIDA, P. M. de. **Carta para Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo, 10 de nov. de 1977. 5 f. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. **Uma pedra no meio do caminho**: Biografia de um poema. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DEMO, Pedro. **Sociologia: Uma Introdução Crítica**, 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas 1995.

FOLQUE, M. da A. Educação Infantil, tecnologia e cultura. **Pátio** – Educação Infantil, Porto Alegre, ano IX, n.28, p.8-11, jul.2011.

GALVÃO FILHO, T. **Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos**. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília/SP: Cultura Acadêmica, p. 65-92, 2012. Disponível em http://www.galvaofilho.net/TA_educacao.pdf.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

MINETTO, M. L. **Diversidade e cultura: uma escola sem exclusões**. Espanha: Universidade de Málaga, 2008.

RODRIGUES, D. (2008). Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: **Inclusão: R. Educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2.